

# ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE UMA ORGANIZAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS

Geovane Franco Alfonso  
Josiel Cena De Arruda  
Lucas Espinato De Moraes  
Marta Souza Fernandes  
Valéria Peron De Souza Pinto

## RESUMO

As empresas privadas que possuem finalidades públicas, são denominadas como entidades do terceiro setor, ou seja, sem fins lucrativas, voltadas ao âmbito social e cultural, sendo de suma importância para a sociedade. O estudo teve como objetivo geral analisar as demonstrações contábeis de uma organização sem fins lucrativos (Instituto Homem Pantaneiro), localizada na cidade de Corumbá-MS, bem como verificar os índices de desempenho, compreendidos entre o período de 2016 a 2018. Buscando identificar através da análise vertical e horizontal a situação financeira e econômica, para que seja possível aos investidores obterem informações sobre a situação atual e passada da entidade. Trata-se de uma pesquisa descritiva, bibliográfica, quali-quantitativa e a utilização de coleta e análise de dados. O estudo apontou índices que enquadra a entidade como boa, por apresentar valores satisfatórios e outros índices de desempenhos negativos, mas conforme as notas explicativas a entidade não possui problemas financeiros, pois, não apresenta dívidas pendentes de liquidação.

**Palavras-chave:** Análise das demonstrações; Desempenho; Terceiro Setor.

## ABSTRACT

Private companies that have public purposes are referred to as third sector entities, that is, non-profit, focused on the social and cultural sphere, being of paramount importance to society. The general objective of the study was to analyze the financial statements of a non-profit organization (Instituto Homem Pantaneiro), located in the city of Corumbá-MS, as well as to verify the performance indexes, between the period of 2016 to 2018. Seeking to identify through from the vertical and horizontal analysis of the financial and economic situation, so that it is possible for investors to obtain information about the current and past situation of the entity. It is a descriptive, bibliographic, qualitative and quantitative research and the use of data collection and analysis. The study pointed out indices that classify the entity as good, as it presents satisfactory values and other negative performance indices, but according to the explanatory notes, the entity has no financial problems, as it does not present outstanding debts.

**Key Words:** Analysis of the statements; Performance; Third sector.

## 1. INTRODUÇÃO

As organizações do terceiro setor, podem ser definidas como sendo entidades sem fins lucrativos, ou seja, são organizações que visam o bem estar social, sem pertencer ao setor público e nem ao setor privado.

Não obstante a reduzida quantidade de artigos científicos que tratem da temática da análise das demonstrações contábeis de uma entidade do terceiro setor, pode-se destacar a publicação de Flach e Gonçalves (2013), que analisou a conformidade das demonstrações contábeis de uma entidade filantrópica da cidade de Florianópolis. Os resultados do estudo evidenciaram que, com base na análise os procedimentos contábeis praticados pela entidade não estavam em conformidade com as normas contábeis.

Em estudo semelhante, porém mais abrangente, Cruz et al. (2010) o estudo apresentou uma análise completa de uma organização do Terceiro Setor, possibilitando uma melhor percepção estrutural. Nesse estudo, os autores estabeleceram uma metodologia de análise de organizações do terceiro setor, com base nas demonstrações contábeis, que possibilitaram a comparação entre diferentes organizações concorrentes.

Diante da reduzida quantidade de trabalhos publicados que abordam a temática de análise das demonstrações contábeis de uma entidade do terceiro setor buscou-se, nesse estudo, analisar as demonstrações contábeis de uma Organização sem fins lucrativos, o – INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO – compreendido entre os anos de 2016 a 2018, aplicando análises verticais e horizontais de suas Demonstrações contábeis, bem como obter o intuito de verificar o desempenho econômico-financeiro da entidade.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO TERCEIRO SETOR

O termo Terceiro Setor surgiu nos Estados Unidos com a visão social de organizações sem fins lucrativos, estabelecendo que essas estão completamente proibidas de serem consideradas se houver divisão de lucros, com os seus diretores (MELO, 2008).

Para Fernandes (2002) o terceiro setor pode ser conceituado a partir da suposição de um primeiro e segundo setor, estado e mercado respectivamente, podendo ser definido como “não-governamental”, não-lucrativo, organizado e independente, capaz de mobilizar particularmente o comportamento voluntário das pessoas, objetivando produzir bens e serviços públicos que não geram lucros mas geram a satisfação das necessidades coletivas.

Junqueira (2000) relata que o terceiro setor não pode ser considerado Estado, nem mercado, sendo organizações que não têm seu foco voltado à distribuição de lucros para acionistas ou diretores, e sim ao atendimento de interesses públicos, com isso o terceiro setor vem comportando uma série de organizações sociais, porém com características próprias, pois cada organização tem independência para determinar seu futuro.

Rodrigues (1999) dividiu o terceiro setor em grupos, sendo eles: Associações, Fundações Privadas, Organizações Filantrópicas e Organizações Não Governamentais (ONGS).

- Associações: estabelecidas através de contratos livremente acordados entre as partes para a execução de atividades comuns e defesa de interesses coletivos, se voltam para a satisfação das necessidades dos próprios participantes;
- Organizações Filantrópicas: objetivam a caridade, promovem a assistência social;
- Organizações Não Governamentais: comprometidas com a sociedade civil, visam a transformação social;
- Fundações Privadas: categoria de conotação jurídica, que através de uma escritura ou testamento destinam bens livres, especificando o fim objetivo; e

- Organizações Sociais: são organizações públicas não estatais que objetivam atender necessidades coletivas nas áreas da saúde, educação, cultura, meio ambiente e pesquisa científica, constituídas por associações civis sem fins lucrativos. Nelas, o estado exerce controle estratégico através de um contrato de gestão que demanda de resultados para atingir objetivos de políticas públicas. (RODRIGUES, 1999).

Queiroz (2004) explica a importância dessas entidades, pois, acentua responsabilidade com qualidade da gestão e eficácia com as doações e os projetos sociais, de modo que essas entidades não governamentais sem fins lucrativos de finalidade social, cultural, ambiental ou afim (organizações que caracterizam o terceiro setor) movimentem um ótimo montante.

As entidades sem fins lucrativas (ESFL) no decorrer dos anos encontra-se em um constante crescimento, pois, segundo Dias e Rodrigues (2002) esse crescimento é em decorrência de várias pressões sociais aliadas às mudanças tecnológicas e a contínua desconfiança da capacidade do Estado em atender as diversas demandas sociais.

## ASPECTOS CONTÁBEIS APLICADOS NO TERCEIRO SETOR

No Brasil, as normas legais que dão as diretrizes para as entidades sem fins lucrativos são consideradas amplas no sentido de funcionamento e criação e também sobre alguns pontos específicos sobre cada entidade (FLACH & GONÇALVES, 2013).

O Conselho Federal de Contabilidade, órgão responsável por definir normas legais que regem sobre a contabilidade, publicou uma série de itens relacionados as Entidades do Terceiro Setor, pois, até então as entidades estavam sendo tratadas da mesma maneira que uma entidade com fins lucrativos. A NBC T 10 – abrange os aspectos contábeis específicos em entidades diversas, com intuito de atender ao registro das operações e a padronização das demonstrações para uma entidade do Terceiro Setor.

- a) NBC T 10.4 – Fundações, referentes à NBC T 10 – Dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, aprovada pela Resolução CFC N. 837, de 22/02/1999;
- b) NBC T 10.8 – Entidades Cooperativas, aprovada pela Resolução CFC N. 1.013, de 25/01/2005;
- c) NBC T 10.16 - Entidades que recebem doações, subvenções, contribuições, auxílios e doações (revogada pela NBC T 19.4, aprovada pela Resolução nº 1.026/2005 do CFC);
- d) NBC T 10.18 – Entidades sindicais e associações de classe (Resolução CFC nº 838/99, de 22 de fevereiro de 1999); e
- e) NBC T 10.19 – Entidades sem finalidade de lucros (Resolução CFC nº 877/00, alterada pelas Resoluções CFC nº 926/2001 e nº 966/2003).

Das principais alterações entre uma entidade com fins lucrativos e uma sem fins lucrativos, abrange umas alterações em suas nomenclaturas, conforme segue o Quadro 1:

Quadro 1: alterações entre as nomenclaturas

Entidades com fins lucrativos	Entidades sem fins lucrativos
Capital Social	Patrimônio Social (Item 3.2 da NBC T 10.19)
Lucros ou Prejuízos acumulados	Superávits ou Déficits Acumulados (Item 3.2 da NBC T 10.19)
Demonstração do Resultado do Exercício	Demonstração do Superávit ou Déficit (Item 5.1 da NBC T 10.4)
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Social (Item 6.1 da NBC T 10.4)

Fonte: Flach & Gonçalves (2013)

Flach e Gonçalves (2013) apontam que ainda não existe uma legislação específica no âmbito da Contabilidade de modo exclusivo para entidades do Terceiro Setor, assim como existe para as entidades com fins lucrativos.

## **CPC 26 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

O CPC 26 tem como objetivo definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis, de modo que assegure a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Diante disso, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

Assaf Neto (2012) define as demonstrações contábeis como sendo informações econômico-financeiras de determinada organização, disponibilizando dados quantitativos que são utilizados em análises. Segundo Araújo (2006), as demonstrações contábeis previstas na legislação vigente e passíveis de análises são: balanço patrimonial; demonstração do superávit ou déficit do exercício; demonstração das mutações do patrimônio social; e demonstração das origens e aplicações de recursos

Segundo Olak e Nascimento (2008), a base de informações do estabelecimento do diagnóstico e da avaliação de desempenho corresponde na análise das demonstrações contábeis e sua disseminação constitui importante instrumento de comunicação social.

Para Flach e Gonçalves (2013) as demonstrações contábeis das entidades do Terceiro Setor devem ser de forma clara e objetiva, de modo que seja evidenciado os recursos obtidos e de que maneira estão sendo alocados, somente assim será possível apresentar o Patrimônio Social da entidade e suas devidas variações.

## **TIPOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Segundo Dias e Rodrigues (2002) as entidades sem fins lucrativos, denominadas de terceiro setor, apresenta dificuldades na apresentação de resultados e índices de desempenhos para adquirir futuros financiadores. Para Cruz et al. (2009) o método de avaliação torna-se um instrumento de controle realizado após a execução de determinado projeto.

Tenório (2002) entende que tais critérios de avaliações serve como um indicador de variação de desempenho em relação aos resultados que podem ser inferiores, superiores ou iguais, capazes de afetar o bem-estar social, devido a dificuldade de conhecer a própria demanda e a expectativa dos envolvidos.

Barney (1991) lista algumas técnicas de abordagens quanto a verificação de desempenho das entidades sem fins lucrativos:

“**medida de sobrevivência:** nessa abordagem, sugere-se que a própria sobrevivência da empresa é uma medida de desempenho normal. Essa medida é simples e fácil de usar, porém não proporciona a mensuração de um desempenho considerado superior; **desempenho do ponto de vista dos múltiplos stakeholders:** nessa abordagem, o desempenho da organização é avaliado em relação às preferências e desejos dos stakeholders. Nesse caso, para mensurar um tipo de desempenho é necessário primeiro entender o contexto geral dos stakeholders, suas expectativas, objetivos e aspirações; **medidas contábeis:** as medidas contábeis são uma das principais formas de análise de desempenho. Suas abordagens baseiam-se nos acontecimentos passados, possibilitando o entendimento do histórico da organização. As análises contábeis baseiam-se, em geral, na análise de coeficientes que abordam diferentes realidades. Essas realidades são separadas em quatro tipos de índices e duas formas de análise: índices de liquidez; índices de endividamento; índices de atividade; índices de rentabilidade; análise vertical; e análise horizontal. Trata-se de relações simples extraídas de cálculos matemáticos aplicados a partir das informações apresentadas

basicamente pelas duas principais demonstrações contábeis: balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício” (BARNEY, 1991).

Cabe ressaltar que a proposta deste estudo é focar apenas nas medidas contábeis, devido ao fato de demonstrar de maneira mais específicas as variações que ocorreram em cada período desta análise, ou seja, dentre os três anos analisados do Instituto Homem Pantaneiro, localizado na cidade de Corumbá-MS, sendo considerado uma entidade sem fins lucrativas. Em conformidade com o estudo de Cruz et al. (2009) será apresentado índices que foram adaptados para que atendessem as entidades do terceiro setor, como instrumento de avaliar o desempenho desse tipo de organização.

## **INDICADORES DE LIQUIDEZ**

Segundo Marion (2006) os índices de liquidez podem ser classificados em: corrente, imediata, seca e geral. Indicadores que demonstram a capacidade de pagamento da entidade, de modo que, confronta os ativos de curto, médio e longo prazo. Este estudo abordara apenas os índices de liquidez corrente e imediata, tendo em vista que podem ser aplicados nas entidades de terceiro setor. Quanto aos índices seca e geral, não se utiliza, devido ao fato de que na maioria das vezes as entidades de terceiro setor não possuem estoques ou ativos e passivos de longo prazo.

Ainda conforme o autor citado anteriormente, com relação a fórmula do índice de liquidez corrente, o qual demonstra a capacidade pagamento das obrigações a curto prazo (12 meses), este índice pode ser vinculado ao índice de liquidez imediata que é a capacidade de pagamento das obrigações de maneira imediata, através de recursos financeiros que já existem.

## **INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO**

Segundo Assaf Neto (2012), este indicador permite verificar qual a composição das fontes passivas de recursos de uma organização, demonstrando qual a proporção de capital de terceiros e de recursos próprios, sendo assim, permite verificar o grau de comprometimento financeiro de uma entidade perante os seus credores e sua capacidade de saldar compromissos de longo prazo.

Iudicibus e Marion (2000) ressaltam que no caso das organizações do terceiro setor o capital próprio é representado pelo patrimônio social e o capital de terceiros é representado pelo passivo circulante somado ao passivo exigível a longo prazo. No caso do terceiro setor, o capital próprio é composto unicamente pelo Patrimônio Social, que é integralmente formado pelo acúmulo de superávits e déficits durante os exercícios sociais.

Cruz et al (2009) identifica apenas três análises que podem ser consideradas importantes para aplicação em entidades do terceiro setor, sendo: os índices de participação de capitais de terceiros sobre o ativo total (apresenta o percentual da empresa que é financiado por recursos de terceiros, tendo seus vencimentos de curto e médio prazo); garantia do patrimônio social ao capital de terceiros (representa a quantidade decapitais de terceiros garantidos, sendo formado por capitais registrados e regime de competência, capaz de sugerir valores aos ativos e passivos que demonstram variações positivas ou negativas); e as de composição dos exigíveis (contempla duas abordagens distintas: a identificação dos passivos onerosos e não onerosos; e a identificação dos passivos por vencimentos).

## INDICADORES DE ATIVIDADES NO TERCEIRO SETOR

Para Padoveze (2004) esse indicador deve refletir a forma de gestão da entidade e a estrutura de custos dos projetos e outros fatores. A análise de atividade do terceiro setor tem relação direta com as funções principais da organização, buscando evidenciar a dinâmica operacional da instituição, em seus principais aspectos, refletida nas demonstrações contábeis e nos controles gerenciais (CRUZ et al. 2009).

Cruz et al. (2009) identifica cinco indicadores de atividades essenciais: composição das origens de recursos por tipo de agente financiador (busca identificar o percentual das origens de recursos advindos das doações de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, dos quais, tais índices são capazes de identificar quem mantém a instituição e uma possível dependência); percentual de gastos administrativos (identificar o percentual da receita destinado aos gastos administrativos da organização, tais como despesas com pessoal, financeiras); índice de aplicação em projetos (auxilia na identificação do percentual da receita destinada efetivamente aos projetos sociais da organização, sendo possível ainda identificar o percentual para cada tipo de projeto); investimento por projeto (possibilita identificar qual o investimento financeiro realizado para cada objeto (pessoa, animal, instituição, entre outros) atendido pelos diversos projetos da organização, auxiliando na mensuração dos gastos aplicados); e índice de acumulação de superávit (busca identificar o percentual de contribuição do superávit do período ao patrimônio social da instituição).

O quadro 2 apresenta as principais fórmulas para analisar o desempenho de uma entidade sem fins lucrativas, abordadas neste estudo.

Quadro 2: Fórmulas usadas para analisar o desempenho da ESFL

<b>Índice de liquidez corrente</b> = ativo circulante/passivo circulante
<b>Índice de Liquidez Imediata</b> = disponibilidades / passivo circulante
<b>Índice de Participação de capital de terceiros</b> = capital de terceiros / total do ativo
<b>Garantia do PS ao capital de terceiros</b> = patrimônio social / capital de terceiros
<b>Composição dos exigíveis onerosos</b> = passivos onerosos / total das obrigações
<b>Composição dos exigíveis não onerosos</b> = passivo circulante / total das obrigações
<b>Índice de doações de PF</b> = doações de PF / total das doações
<b>Índice de doações de PJ</b> = doações de PJ / total das doações
<b>Índices de gasto administrativo</b> = despesas administrativas / receita operacional bruta
<b>Índice de aplicação em projetos sociais</b> = total de aplicação / receita operacional bruta
<b>Índice de acumulação de superávit</b> = superávit do exercício / patrimônio social

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

### 3. METODOLOGIA

Para desenvolver essa pesquisa, foram utilizados diversos tipos de procedimentos metodológicos, como estudo descritivo, o bibliográfico, o quali-quantitativo e a coleta de dados.

Quanto ao objetivo, este estudo se caracteriza como descritivo, pois buscou-se analisar as demonstrações contábeis de uma entidade sem fins lucrativas e verificar seu desempenho financeiro/econômico. Segundo Beuren e Raupp (2004) o método descritivo é responsável por observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os dados, sem que haja a interferência do autor.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa baseia-se como bibliográfica, devido ao trabalho abordar pesquisas realizadas sobre o tema proposto. Segundo Fonseca (2002) a

pesquisa bibliográfica consiste em levantamentos de obras que já foram analisadas e publicadas por meio de escritos eletrônicos, como livros ou artigos científicos.

A abordagem quanti-qualitativa é utilizada, pois, busca-se através da quantitativa, resultados dos dados coletados e quantificados de maneira organizada e pelo método qualitativo com intuito do aprofundamento aos índices de desempenho de uma entidade sem fins lucrativas. Para que pudesse ser atingido o objetivo desta pesquisa, foram realizadas coletas de dados com base no tratamento descritivo, através do site do Instituto Homem Pantaneiro (IHP) onde as variáveis, ou seja, os relatórios publicados pela administração, das quais interessou as demonstrações contábeis dos anos de 2016 a 2018.

Foi realizado uma coleta de dados com base no tratamento descritivo do período compreendido entre 2016 a 2018, através do site do Instituto Homem Pantaneiro (IHP), sendo verificado os relatórios bem como as demonstrações contábeis dessa entidade, localizada no município de Corumbá-MS.

#### 4. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise das demonstrações contábeis de uma entidade é importante pois, demonstra a situação financeira e econômica, para que assim seja possível aos investidores obterem informações sobre a situação atual e passada da entidade no triênio de 2016 a 2018. Através da análise do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, dos Indicadores de Liquidez, Endividamento e Atividade do Instituto Homem Pantaneiro (IHP), compreendida entre os períodos de 2016 a 2018, e tendo como base as técnicas de análise Horizontal e Análise Vertical pode-se verificar que conforme a tabela 1:

**Tabela 1 : Análise vertical e Horizontal do Ativo do BP da entidades IHP**

ATIVO	2016	AV	2017	AV	AH	2018	AV	AH
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e equivalentes de Caixa	49,00	0,01	385,00	0,05	685,71	45,00	0,01	-8,16
Bancos - sem restrição	53,00	0,01	30,00	0,00	-43,40	40,00	0,00	-24,53
Bancos - com restrição	1.303,00	0,17		0,00	-100,00	10,00	0,00	-99,23
Reserva Operacional - sem restrição	6.498,00	0,84	4454,00	0,59	-31,46	34.927,00	3,92	437,50
Reserva de projetos - com restrição	534,00	0,07	185.425,00	24,43	34623,78	300.083,00	33,65	56095,32
Fundos de custeio - sem restrição	48,00	0,01	5.110,00	0,67	10545,83	172,00	0,02	258,33
Fundo de sustentabilidade - com restrição	234.371,00	30,30	73.391,00	9,67	-68,69	5.431,00	0,61	-97,68
Créditos a receber	13.663,00	1,77	25.982,00	3,42	90,16	12.463,00	1,40	-8,78
<b>Total do ativo Circulante</b>	<b>256.159,00</b>	<b>33,12</b>	<b>294.777,00</b>	<b>38,83</b>	<b>15,08</b>	<b>353.171,00</b>	<b>39,61</b>	<b>37,87</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Imobilizado	474.763,00	61,39	435.759,00	57,40	-8,22	478.555,00	53,67	0,80
Intangível	42.113,00	5,45	28.583,00	3,77	-32,13	59.990,00	6,73	42,45
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>516.876,00</b>	<b>66,88</b>	<b>464.342,00</b>	<b>61,17</b>	<b>-10,16</b>	<b>538.545,00</b>	<b>60,39</b>	<b>4,19</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>773.395,00</b>	<b>100,00</b>	<b>759.119,00</b>	<b>100,00</b>	<b>-1,85</b>	<b>891.716,00</b>	<b>100,00</b>	<b>15,30</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

No ano de 2016 o ativo circulante representa 33.12% enquanto o não circulante representa 66,88% do total do ativo da entidade. Ano após ano essa situação se repete, visto

que em 2017 e 2018 é possível verificar uma maior representatividade do ativo não circulante e uma menor para o circulante, em 2017 o ativo não circulante representou 61,17% e 60,39% em 2018, do total do ativo da entidade, sendo o ativo circulante responsável por 38,83% em 2017 e 39,61% em 2018 do total do ativo.

O ativo circulante teve um aumento de 15,08% em 2017 e um aumento de 37,87% em 2018, ambos em relação a 2016. As reservas financeiras são compostas pela Reserva Operacional e de Projetos, sendo responsáveis pelas maiores variações de representatividade em todos os períodos analisados com 25,02% em 2017 e 37,75% em 2018 em relação ao total do ativo circulante. Em seguida a conta Fundo de Sustentabilidade – com restrição, do ativo circulante apresenta variações negativas em 2018 e 2019, ou seja, houve uma queda de 68,69% e 97,68%.

O não circulante da entidade Instituto Homem Pantaneiro (IHP), está dividido em Ativo Imobilizado e Intangível. A empresa possui como maior representatividade a conta Imobilizado, sendo 61,39% em 2016, 57,40% em 2017 e de 53,67% em 2018, mesmo considerando as reduções do ativo imobilizado que ocorreram em 2018 de 8,22%, se comparado com o ano base de 2016.

No passivo dos períodos analisados há uma relação entre o capital de Terceiros e o Capital Próprio. No qual a Origem dos Recursos da entidade está localizada no Capital Próprio, visto que em 2016 representava 91,75%, em 2017 63,94% e 53,99 em 2018.

No ano de 2016 a entidade IHP possui no grupo do Passivo Circulante menor representatividade com 8,25%, índice esse aumentando conforme os anos de 2017 e 2018 com 36,06 e 46,01 de representatividade do Capital de Terceiros, gerando um aumento de 328,88% em 2017 e 542,90% em 2018, comparado ao ano base de 2016.

O Patrimônio Líquido Social, em todos os anos analisados, possui a maior representatividade das origens dos recursos totais da entidade, o Patrimônio social, manteve-se equilibrado nos anos analisados tendo uma representatividade em 2016, 2017 e 2018 de 91,75%, 63,94% e 53,99%, respectivamente. Conforme a tabela 2.

**Tabela 2: Análise vertical e Horizontal do Passivo do BP da entidade IHP**

<b>PASSIVO</b>	<b>2016</b>	<b>AV</b>	<b>2017</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>	<b>2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>CIRCULANTE</b>								
Fornecedores de bens e serviços	13.466,00	1,74	23.414,00	3,08	73,87	35.737,00	4,01	165,39
Obrigações com empregados	12.303,00	1,59	21.841,00	2,88	77,53	40.767,00	4,57	231,36
Folha de Pagamentos autônomos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.538,00	0,51	100,00
Encargos Sociais	8.311,00	1,07	8.962,00	1,18	7,83	17.622,00	1,98	112,03
Obrigações tributárias	1.300,00	0,17	879,00	0,12	-32,38	3.315,00	0,37	155,00
Outras obrigações	28.438,00	3,68	33.148,00	4,37	16,56	16.851,00	1,89	-40,74
Recursos de projetos em execução	0,00	0,00	185.460,00	24,43	0,00	300.083,00	33,65	100,00
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>63.818,00</b>	<b>8,25</b>	<b>273.704,00</b>	<b>36,06</b>	<b>328,88</b>	<b>410.287,00</b>	<b>46,01</b>	<b>542,90</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>								
Patrimônio Social	709.577,00	91,75	485.415,00	63,94	-31,59	481.429,00	53,99	-32,15
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>709.577,00</b>	<b>91,75</b>	<b>485.415,00</b>	<b>63,94</b>	<b>-31,59</b>	<b>481.429,00</b>	<b>53,99</b>	<b>-32,15</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>773.395,00</b>	<b>100,00</b>	<b>759.119,00</b>	<b>100,00</b>	<b>-1,85</b>	<b>891.716,00</b>	<b>100,00</b>	<b>15,30</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), têm como objetivo principal apresentar de forma resumida as evoluções patrimoniais da entidade, resumindo um período

com relação ao conjunto de operações realizadas anualmente. A entidade Instituto Homem Pantaneiro (IHP), apresenta Receitas Operacionais, composta por restrição e sem restrição e os custos e Despesas Operacionais. Durante os períodos analisados a entidade obteve déficit do período, conforme dados apresentados pela tabela 3.

**Tabela 3: Análise vertical e Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício da entidade IHP**

RECEITAS OPERACIONAIS	2016	AV	2017	AV	AH	2018	AV	AH
<b>Com restrição</b>								
Convênios governamentais			800,00	0,08	100,00	186.846,00	10,94	100,00
Trabalho Voluntário	31.235,00	2,70	23.878,00	2,46	-23,55	89.298,00	5,23	185,89
Patrocínio não governamental						218.977,00	12,82	100,00
<b>Sem restrição</b>								
Patrocínio não governamental	60.000,00	5,19	0,00	0,00	-100,00		0,00	-100,00
Serviços prestados	158.281,00	13,70	241.908,00	24,89	52,83	275.261,00	16,12	73,91
Termo de parceria - Instituto Acaia	220.850,00	19,11	238.035,00	24,49	7,78	246.073,00	14,41	11,42
Doações de pessoas jurídicas	169.636,00	14,68	132.874,00	13,67	-21,67	152.804,00	8,95	-9,92
Doações de pessoas físicas	246.963,00	21,37	314.004,00	32,31	27,15	488.964,00	28,63	97,99
Receitas financeiras	53.887,00	4,66	18.660,00	1,92	-65,37	32.063,00	1,88	-40,50
Outras receitas	30.679,00	2,66	1.711,00	0,18	-94,42	17.351,00	1,02	-43,44
<b>Outras receitas operacionais - sem restrição</b>								
Doações de imobilizados	183.252,00	15,86			-100,00			-100,00
Outras receitas	715,00	0,06			-100,00			-100,00
<b>Total de receitas</b>	1.155.498,00	100,00	971.870,00	100,00	-15,89	1.707.637,00	100,00	47,78
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>								
<b>Com programas de meio ambiente</b>								
Custos e despesas operacionais	910.528,00	78,80	930.026,00	95,69	2,14	1.302.613,00	76,28	43,06
Trabalho voluntário	31.235,00	2,70	23.878,00	2,46	-23,55	89.298,00	5,23	185,89
<b>Resultado Bruto</b>	213.735,00	18,50	17.966,00	1,85	-91,59	315.726,00	18,49	47,72
Despesas Operacionais e administrativas	236.262,00	20,45	244.752,00	25,18	3,59	319.712,00	18,72	35,32
<b>Superávit (déficit) do período</b>	22.527,00	1,95	226.786,00	23,34	906,73	3.986,00	0,23	-82,31
Ajustes Patrimoniais			2624	0,27				
<b>Resultado abrangente</b>	22527,00	1,95	224162,00	23,07	895,08	3986	0,23	-82,31

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Através das análises realizadas entre o período de 2016 a 2018, percebe-se que das Receitas sem restrições, os Serviços prestados correspondem a 13,7%, 24,89 e 16,12% entre os anos de 2016 a 2018, respectivamente. Ocorrendo um aumento de 52,83% em 2017 e 73,91% em 2018. A Receita de serviços prestados é utilizada para custear a conservação do meio ambiente e todas as áreas de execuções que possuem a mesma finalidade.

O Termo de Parceria – Instituto Alcateia corresponde a 19,11%; 24,49% e 16,125 da Receita operacional. Ocorreu variações positivas tanto em 2017 quanto em 2018, fazendo com que o saldo do Termo de Parceria aumentasse 7,78% e 11,42%, respectivamente. Essa parceria tem como objetivo a manutenção do sistema das áreas abrangidas pela RPCSA e suas devidas fiscalizações e monitoramento.

As doações de pessoas físicas e jurídicas, juntas corresponderam à 36,05% em 2016, 45,98% em 2017 e 37,58% em 2018. Constatando que das doações de pessoas jurídicas, houve

uma queda significativa, pois, em 2017 decresceu 21,67% e um pequeno reajuste de 9,92% em 2018, comparadas com o ano base de 2016. Já as doações de imobilizados ocorreu apenas em 2016, correspondendo a 15,86% do total da Receita Operacional.

Com relação ao Custo e Despesas Operacionais da entidade Instituto Homem Pantaneiro (IHP), pode-se verificar que representava 78,80%; 95,69% e 76,28%, respectivamente para os anos de 2016, 2017 e 2018. Ocorrendo uma pequena variação com base no aumento de 2,14% em 2017 e um aumento considerável em 2018, dos quais o valor com custos e despesas operacionais cresceu 43,06% comparado ao ano base de 2016. Sendo assim, pode-se dizer que isso contribui para o déficit nos três períodos analisados. As despesas Operacionais e Administrativas correspondiam em 2016 um percentual de 20,45, em 2017 25,18 e 18,72% em 2018.

O Instituto Homem Pantaneiro apresentou déficit nos três períodos analisados representados por um percentual de 1,95%, 23,34% e 0,23%, de 2016 a 2018, respectivamente. Em 2017 ocorreu um aumento do déficit de 906,73% comparados ao ano base de 2016, por mais que a entidade apresentou déficit entre seus períodos analisados e com base nas Notas Explicativas analisadas, a entidade não possui problemas financeiros, pois, não apresenta dívidas pendentes de liquidação, e não foi apurado a necessidade de capitais de terceiros como obtenção de empréstimos bancários para custear as despesas.

Realizado a análise vertical e horizontal agora será possível analisar os índices de desempenhos que serão apresentados na Tabela 4, dos quais fora apurados os índices de Liquidez Corrente e Imediata; Índices de Endividamento, demonstrados pelas obtensões do Índice de Participação de Capital de Terceiros; Garantia do PS ao Capital de Terceiros; Composição dos Exigíveis Onerosos e não onerosos; e por fim analisar os Índices de atividades, apurados através dos índices: de doações de PJ e PF; gastos administrativos; aplicações em projetos sociais; unidade por projeto e o índice de acumulação do superávit.

Tabela 4: índices de desempenho da Entidade IHP

	Análise	2016	2017	2018	INDÍCES
<b>ILC =</b>	0,00 a 0,99 = ruim	4,01	1,08	0,86	<b>Liquidez</b>
<b>ILI =</b>	0,00 a 0,79 = ruim	0,01	0,01	0,0002	
<b>IPCT =</b>	Depende do custo do capital de terceiros e da dotação orçamentária de subvenções ordinárias e extraordinárias	8%	36%	46%	<b>Endividamento</b>
<b>GPS ao CT =</b>	Depende do tempo de existência da instituição, quanto mais tempo tiver a instituição, maior deve ser a garantia de pagamento dos capitais de terceiros	112%	177%	117%	
<b>CEO =</b>	Quanto maior melhor	60%	73%	82%	
<b>IDPF =</b>	Quanto maior o percentual, menor a dependência de recursos de PJ	59%	70	76%	<b>Atividade</b>
<b>IDPJ =</b>	Quanto maior o percentual, menor a dependência de recursos de PF	41%	30%	24%	
<b>IGA =</b>	Quanto maior o percentual, maior é a estrutura básica da entidade e maior é a necessidade de subvenções ordinárias	20%	25%	19%	
<b>IAS =</b>	Quanto maior o percentual, maior o volume de recursos em trânsito para a aplicação em projetos ou maior é a sobra de recursos a serem incorporados a estrutura patrimonial da instituição.	3%	47%	1%	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) com base em Cruz et al. (2009)

- Índice de Liquidez Corrente: Entre os anos analisados pode-se perceber que a entidade apresenta índices satisfatórios, visto que, em 2016 apresentou R\$ 4,01, sendo que para cada R\$ 1,00 que a organização apresenta de obrigações, possui R\$4,01 de disponibilidade para ser usado para quitar. Vale destacar que no período de 2017 e 2018 esse valor sofre uma queda significativa para R\$1,08 e R\$0,86, mesmo assim ainda se enquadra no índice bom.
- Índice de Liquidez Imediata: Entre os anos analisados pode-se perceber que, quanto aos índices pouca representatividade, pois, constatou R\$ 0,01; R\$ 0,01 e R\$ 0,0002, entre os anos de 2016 a 2018, respectivamente. Com isso, para cada R\$ 1,00 de obrigações a organização a entidade apresentou valores totalmente inferiores, fazendo com que se enquadrasse no desempenho ruim, quanto ao índice de liquidez imediata.
- Índices de Doações de Pessoas Físicas: Dos recursos financeiros as doações de Pessoas físicas, têm mais a entidade possui muita representatividade, pois, apresenta 59%, 70% e 76% de doações advindas de pessoas físicas. Esta representatividade pode ser explicada devido às leis de incentivos fiscais, da qual as pessoas físicas podem destinar um percentual do seu imposto para alguma ESFL. Para Bueno (2007) pode ser destinado até 6% do imposto devido para projetos culturais. Com esses dados é possível afirmar que a entidade não possui dependência quanto a doações de pessoas jurídicas.
- Índices de Doações de Pessoas Jurídicas: Esse indicativo demonstra a participação das Doações de Pessoas Jurídicas do total de doações recebidas pela Entidade. Essa destinação feita pelas PJ é em detrimento da destinação do Estado. A entidade apresentou índices de 41% em 2016, 30% em 2017 e 24% em 2018.
- Índice de gastos administrativos: Dos recursos destinados para a estrutura administrativa do Instituto Homem Pantaneiro, os índices apresentaram nos anos analisados 20%, 25% e 19% para os anos de 2016 a 2018, respectivamente. Ou seja, esse índice demonstrou que os gastos administrativos estão dentro da estipulação prevista.
- Índice de acumulação de Superávit: Segundo os dados da entidade Instituto Homem Pantaneiro, entre os anos de 2016 a 2017, ela não possuiu superávit ao fim do exercício, sendo assim foi calculado o déficit do exercício, ou seja, a entidade apresentou [índices negativos em todos os anos de análise, no ano de 2016 apresentou - 3,17%, em 2017 apontou -46,72% e - 0,82% no ano de 2018.

## 5. CONCLUSÃO

Para Timóteo, Eça e Santos Júnior (2017), o Terceiro Setor é composto por empresas privadas com finalidades públicas que, pelo seu caráter social, contribuem efetivamente para o desenvolvimento da economia mundial, essas organizações possuem grande importância para a sociedade, uma vez que atuam nas camadas sociais mais carentes, promovendo desenvolvimento e integração social. As organizações do terceiro setor vêm assumindo, cada vez mais, um papel relevante na sociedade, surgindo, assim, uma concorrência na captação de novos recursos para aplicação em projetos direcionados a realidades específicas. (CRUZ, et al. 2010).

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar as demonstrações contábeis do Instituto Homem Pantaneiro, entre os anos de 2016 e 2018, aplicando a metodologia de análise vertical e horizontal nas demonstrações contábeis, com o intuito de verificar o desempenho econômico-financeiro da entidade.

Pode-se verificar que o Instituto Homem Pantaneiro apresentou déficit nos três períodos analisados representados por um percentual de 1,95%, 23,34% e 0,23%, de 2016 a 2018, respectivamente. Em 2017 ocorreu um aumento do déficit de 906,73% comparados ao ano base de 2016, por mais que a entidade apresentou déficit entre seus períodos analisados e com base nas Notas Explicativas analisadas, a entidade não possui problemas financeiros, pois, não apresenta dívidas pendentes de liquidação, e não foi apurado a necessidade de capitais de terceiros como obtenção de empréstimos bancários para custear as despesas.

Da análise dos indicadores de desempenho, com relação ao índice de liquidez Corrente, a entidade está enquadrada na situação boa, visto que, apresenta valores satisfatórios. Com relação ao índice de liquidez imediata, enquadra-se como ruim, visto que seus valores nos três anos analisados (2016, 2017 e 2018), ou seja, para cada R\$ 1,00 de obrigações a pagar, a entidade possui valores inferiores a R\$ 0,79.

Quanto ao índice de desempenho de Atividade o IHP, da análise pode-se verificar que as doações de pessoas físicas compõem maior parte da Receita da entidade, visto que apresenta uma maior representatividade, está situação aumentou desde o ano base de 2016 até o ano de 2018. O índice de gastos administrativos, verificam a situação da entidade que apresenta 20%, 25% e 19% para os anos de 2016 a 2018, respectivamente, ou seja, gastos que não prejudicam a situação financeira da entidade. Quanto ao índice de acumulação de superávit, a entidade não apresentou superávit patrimonial e sim déficit, que está aumentando no decorrer dos anos.

Com isso, pode-se concluir que por mais que a entidade apresente índices de desempenhos negativos, não é prejudicial para a saúde da entidade, pois, sua receita está sendo superior aos seus custos e despesas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, O. C. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e valor**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BEUREN, I. M.; RAUPP, F. M. **Metodologia de pesquisa aplicável às ciências sociais**. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2004. Disponível em: [www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap\\_3\\_Como\\_Elaborar.pdf](http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf). Acesso em: 10 jun 2020.

BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, 1991.

BUENO, M. A. M. G. **Incentivos fiscais no terceiro setor**: uma análise das leis brasileiras e da lei 501(C)3, norte-americano. 2007. Monografia (Especialização em Escola de Negócios) Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007. Disponível em: [https://integracao.files.wordpress.com/2008/06/insentivo\\_fiscais.pdf](https://integracao.files.wordpress.com/2008/06/insentivo_fiscais.pdf). Acesso em: 10 jun 2020.

CRUZ, J.A.W. et al. Performance no terceiro setor – uma abordagem de accountability: Estudo de caso em uma organização não governamental brasileira. **Revista Administração**. v.3, n.1, jan/abr.2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/2238>. Acesso em: 10 jun 2020.

CRUZ, J.A.W. et al. Avaliação de desempenho no terceiro setor: uma abordagem teórica de strategic accounts. **Revista Brasileira de Estratégia (REBRAE)**, v.2, n.1, jan/abr. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/REBRAE/article/view/13412>. Acesso em: 11 jun 2020.

DIAS, C. M.; RODRIGUES, R. Avaliação de impacto nas organizações do terceiro setor: uma abordagem baseada na teoria dos stakeholders. In: Encontro de estudos organizacionais, 2. 2002, Recife. **Anais: observatório da Realidade Organizacional, ANPAD, 2002**. Disponível em: [www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2002-60.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2002-60.pdf). Acesso em: 10 jun 2020.

FERNANDES, R.C. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civicus, 2002.

FLACH, L; GONÇALVES, C.V. Accountability e análise da conformidade das demonstrações financeiras de uma organização do terceiro setor em Florianópolis. **Revista UnilaSalle**. v.2, n. 2, set. 2013. Disponível em: <https://revistas.unillasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/1991>. Acesso em: 12 jun 2020.

JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão da política de saúde e as organizações do terceiro setor. **Revista Gestão & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 2, n.1, jan/dez. 2000. Disponível em: <https://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/125/119>. Acesso em: 15 jun 2020.

MELO, A.C.C. **Indicadores de desempenho como instrumento de gestão das entidades do terceiro setor: um estudo das organizações da Sociedade Civil de Interesse Público do Estado da Paraíba**. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar e Inter-Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis – UNB, UFPB, UFRN. 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1375>. Acesso em: 10 jun 2020.

OIAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos: terceiro setor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

QUEIROZ, M. O planejamento estratégico e as organizações do terceiro setor. **Terceiro setor: planejamento e gestão**. São Paulo: Senac, 2004.

RODRIGUES, M. Fim social, meios privados. **Conjuntura Econômica**, jan. 1999.

TIMÓTIO, J. G. M.; EÇA, J. P. A.; SANTOS JUNIOR, I. M. Avaliação de desempenho no terceiro setor: Um estudo de caso da ONG CPCD. **Revistas Brasileiras de Estudos e Pesquisas avançadas do Terceiro Setor**, Brasília, v.4, n.2, jul/dez, 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/8331>. Acesso em: 10 jun 2020.